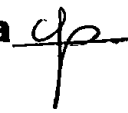




ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA
Comissão Permanente de Licitação

Fls. nº 26
Rubrica 

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA POR VALOR

Nos termos do art. 24, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Divina Pastora, instituída pela Portaria nº 68/2018, de 02 de janeiro de 2018, apresenta Justificativa para a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria técnica na área específica da elaboração de folha de pagamento, geração de arquivos do sistema SEFIP e processamento informatizado dos sistemas de patrimônio e almoxarifado, mediante as considerações a seguir:

Considerando a necessidade desses serviços de assessoria técnica na área específica da elaboração de folha de pagamento, geração de arquivos do sistema SEFIP e processamento informatizado dos sistemas de patrimônio e almoxarifado;

Considerando que a necessidade desses serviços decorre da constante atualização dos procedimentos internos aqui realizados, além da celeridade que os mesmos vão imprimir aos atos aqui praticados, bem como segurança ao almoxarifado e patrimônio;

Considerando que essa contratação visa imprimir maior segurança e transparência às operações relativas a pagamentos, bem como à movimentação de bens do almoxarifado e patrimônio, dotando a Câmara de um sistema automatizado que incorpora novas metodologias de funcionamento do sistema de folha de pagamento, com o objetivo de facilitar e agilizar a operação, além de dispor e armazenar diversos dados a ela referentes, assim como os bens existentes;

Considerando que a prestação de serviços de assessoria técnica na área específica da elaboração de folha de pagamento, geração de arquivos do sistema SEFIP e processamento informatizado dos sistemas de patrimônio e almoxarifado para a Câmara Municipal de Divina Pastora não se refere a parcelas de um mesmo serviço que possa ser realizado conjunta, concomitantemente e de uma só vez;

Considerando que o custo econômico para essa licitação é superior ao benefício dela extraível e que a pequena relevância econômica não justifica os gastos com uma licitação comum, além de se poder causar prejuízos à Administração, inclusive com o acréscimo de preços, atraso no lançamento e informatização das informações para os quais o serviço aqui esta sendo pretendido, decorrendo, disso, problemas de ordem legal, incluído nisso a demanda de tempo que o certame licitatório exigiria;

Considerando que um procedimento licitatório é desnecessário, pois se tem, neste caso, hipótese de dispensa de licitação, com espeque no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

Considerando que o art. 26 da Lei nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei nº 11.107/05, em seu parágrafo único, estabelece as condições formais para a composição do processo de dispensa de licitação - razão da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço - **ainda que dispensada a justificativa para o presente caso**, de acordo com o caput do mesmo artigo supramencionado, o qual achamos por bem transcrever:


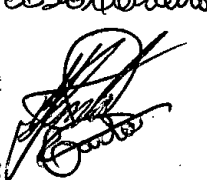
Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

(...)

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço; (destaquei).



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA
Comissão Permanente de Licitação

Fls. nº 27
Rubrica [assinatura]

Considerando, ainda, que em atendimento à supra aludida norma legal, esclarecemos que a escolha da empresa Beltran Contabilidade Ltda. - ME não foi contingencial. Prende-se ao fato de ter sido ela o que possui o menor preço dentre aqueles pesquisados para prestação desses serviços e que o preço, conforme se pode, facilmente, constatar através da confrontação dos preços praticados pelos demais profissionais e da proposta apresentada pela empresa que se pretende contratar, é compatível com os praticados no mercado, estando, inclusive, um pouco abaixo daqueles demais apresentados.

Considerando, por fim, que em mesmo sendo dispensada a justificativa, neste caso, por não prevista no *caput* suso-aludido artigo, atemo-nos aos ensinamentos do Ilustre Administrativista Prof. Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quando preconiza que: "*Nenhum gestor de recursos públicos poderia escusar-se a justificar uma contratação direta sob o fundamento de que a hipótese não estava prevista no art. 26.*"¹, é que assim o fizemos.

Ex positis é que entendemos ser dispensada a licitação, pois caracterizada está a situação enquadrada na forma do artigo 24, II, c/c art. 26, parágrafo único, II e III, todos da Lei nº 8.666/93, em sua edição atualizada.

Assim, como já dito, feita a pesquisa de preços de mercado e analisada a documentação exigida foi escolhida a empresa Beltran Contabilidade Ltda. - ME, por ter apresentado menor preço. A proposta da empresa vencedora apresentou o seguinte valor: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais, para a prestação de serviços de assessoria técnica na área específica da elaboração de folha de pagamento, geração de arquivos do sistema SEFIP e processamento informatizado dos sistemas de patrimônio e almoxarifado, totalizando, estimadamente, o valor de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), até 31/12/2018 (trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito).

As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação correrão por conta seguinte dotação orçamentária:

- UO: 0101 - Câmara Municipal de Divina Pastora
- Ação: 2001 - Manutenção da Câmara Municipal
- Classificação Econômica: 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- Fonte de Recursos: 0100100

Então, em cumprimento ao disposto no *caput* do art. 26 da mesma norma jurídica já aqui mencionada, ainda que desnecessário, por não contemplado naquele artigo, mas a título de formalização, submetemos a presente justificativa ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Divina Pastora, para apreciação e posterior ratificação.

Divina Pastora, 03 de janeiro de 2018.

Izabel Cristina Santos
Presidente da CPL

Cristiana Costa dos Santos Oliveira
Membro

Carla Meriel Lima Santos
Membro

Ratifico!
Em 03/01 /2018.

José Araújo dos Santos
Presidente da Câmara Municipal
de Divina Pastora

¹ in JUSTEN Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2006. Dialética.